

# MANIFESTO EM DEFESA DA PARIDADE NA UFRGS



## Por que adiamos essa decisão?

A paridade na consulta à Reitoria se fundamenta no princípio ético de que todos, todas e todes na Universidade – docentes, técnico-administrativos e estudantes – têm um peso equivalente na consulta. Mais de 2/3 das universidades federais realizam suas consultas de forma paritária com base na Autonomia Universitária, garantida pela Constituição Federal Brasileira de 1988. Todos os Institutos Federais, criados em 2008, trazem como princípio a consulta paritária para Reitor(a). A UFRGS, entretanto, continua a manter os 70% de peso para os docentes, com base numa legislação elaborada durante a ditadura civil-militar, prévia à Constituição. Para podermos dirimir as dúvidas que o tema traz, este Manifesto expõe algumas questões que consideramos fundamentais para a compreensão do que significa a PARIDADE.

## 1. Um aluno tem o mesmo peso que um professor na consulta a Reitor(a)?

A UFRGS tem uma comunidade de aproximadamente 53 mil pessoas – 3.013 professores, 2.412 técnicos-administrativos e 47.443 estudantes. Os professores, que são os *únicos que podem concorrer ao cargo de Reitor* e que representam 5,7% da comunidade, ganham, com a implementação da paridade, um peso de 33,3%. Na prática, é isso que a paridade significa: uma equiparação ponderal dos 3 segmentos – cada um com 33,3%. Com isso, os professores são majorados *ponderalmente* em 7 vezes (de 5,7% para 33,3%). Os estudantes, que representam 89,7% da comunidade universitária, vão para 33,3%. A paridade valoriza o voto docente, ao contrário do que se repete nos corredores da universidade.

## 2. Paridade é sinônimo de democracia?

É claro que não. Paridade é uma medida, um passo para construção de uma universidade mais justa e inclusiva na escolha dos gestores, enquanto a democracia é um princípio mais amplo, que precisa estar entranhado em todas as instâncias. A paridade não resolve, por si, os problemas de democracia e inclusão. Neste momento, mais do que nunca, a paridade representa um pacto na defesa da universidade pública e autônoma, fixada constitucionalmente.

## 3. Mas como é possível fazer eleições paritárias na UFRGS com a atual legislação federal?

Mais de 2/3 das universidades federais já realizam as suas consultas de forma paritária, com base na Autonomia Universitária, garantida pela Constituição. Todos os Institutos Federais, criados em 2008, têm assegurada a consulta paritária para Reitor. O fato é que quase 70% das universidades souberam colocá-la em prática e não houve judicialização, como se apregoa para impedir a paridade. O que precisamos na UFRGS é de vontade política para fazer a mudança.

## 4. Os alunos são passageiros e não têm a mesma responsabilidade que um docente. É justo dar a eles tanto peso?

Sim, os estudantes são mais passageiros do que os docentes e técnicos-administrativos. Será que o tempo de casa deve ser “ponderado” para os eleitores? Nesse caso, o peso de um professor titular deveria ser maior do que o de um

professor recém-ingressante? Quem concordaria com isso? Cabe lembrar que os estudantes, mesmo transitórios, são atingidos pelas decisões de gestão, tanto ou mais do que os docentes e técnicos-administrativos. Queremos saber o que pensam sobre os projetos de universidade que serão apresentados na consulta; sem peso, eles ficam desestimulados a participar. O estímulo ao desenvolvimento do pensamento crítico, base da educação que pretende melhorar a qualidade de vida no nosso país, faz parte do aprendizado de nossos estudantes.

#### **5. Mesmo sabendo pouco sobre a Universidade, é sobre os docentes que cai a responsabilidade de administrar. Isso não justificaria terem um peso maior?**

Esse argumento é frequentemente usado pelo “administrador” para excluir estudantes, técnico-administrativos e até docentes da gestão da Universidade. O componente político por trás da decisão é deixado de lado, e é disso que estamos falando. Os estudantes protagonizaram momentos importantes da história deste país em defesa da Educação Pública e da Universidade. É uma ingenuidade política e um erro administrativo ignorar a consciência da comunidade.

#### **6. Com a paridade, um professor que tenha apoio dos estudantes e técnicos-administrativos e pouco apoio dos docentes pode ser Reitor? Isso não é um risco?**

Esse é o medo que assombra alguns docentes. Temem eleger um professor populista, descolado da realidade da universidade, que possa colocar em risco as funções essenciais da universidade pública. A universidade pública, por ser crítica, sempre abrigará a diversidade e a pluralidade de ideias. A consulta prevê o debate de ideias e a apresentação de projetos com pautas muito semelhantes e outras diversas e é uma oportunidade para toda a comunidade debater e eleger o projeto que pareça mais adequado ao contexto. Além disso, a UFRGS tem um estatuto e regimento que devem ser respeitados por todos, inclusive pelos gestores que estão submetidos à aprovação dos conselhos superiores. Na verdade, atualmente, o risco concreto que corremos de uma aventura autoritária se deve ao fato de que o processo de escolha não se encerra dentro da universidade. É possível, como vimos na consulta passada, que alguém sem o respaldo da comunidade seja indicado pelo Presidente da República. Esse é o verdadeiro risco!

**Enfim**, paridade é um tema simples, que podemos tornar complexo para adiar a discussão. Lutar contra a sua realização é um artifício, na contramão da história das universidades públicas do Brasil, com a finalidade de excluir técnicos-administrativos e estudantes da escolha de gestores que representem as propostas mais adequadas para o momento que se vive na Universidade e no país.

Por isso DEFENDEMOS A PARIDADE JÁ!! NÃO É POSSÍVEL MAIS ADIAR ESTA DECISÃO!!

